



Conselho Nacional de Justiça

PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO Nº 0006357-11.2009.2.00.0000

RELATORA : CONSELHEIRA MORGANA RICHIA

REQUERENTES : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MAGISTRADOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO – ANAMATRA

ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO - AMATRA VII

REQUERIDO : TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 7ª REGIÃO

ASSUNTO : TRT 7ª REGIÃO - ALTERAÇÃO - REGIMENTO INTERNO - RESOLUÇÃO 427 - NOMEAÇÃO - DIRETOR DE SECRETARIA - VARAS DO TRABALHO - INDICAÇÃO - JUIZ TITULAR - VETO - PRESIDENTE TRT - HOMOLOGAÇÃO - INDICAÇÃO - TRIBUNAL PLENO

Ementa: PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO. RESOLUÇÃO N. 427. PROCEDIMENTO PARA INDICAÇÃO E NOMEAÇÃO DO DIRETOR DE SECRETARIA DE VARA DO TRABALHO. POSSIBILIDADE DE VETO E EXONERAÇÃO PELO PRESIDENTE DA CORTE REGIONAL. ILEGALIDADE. PROCEDENTE.

I – Preliminarmente, nos termos do art. 115, § 1º do RICNJ, com nova redação dada pela Emenda Regimental n. 01/2010, “são recorríveis apenas as decisões monocráticas terminativas de que manifestamente resultar ou puder resultar restrição de direito ou prerrogativa, determinação de conduta ou anulação de ato ou decisão, nos casos de processo disciplinar, reclamação disciplinar, representação por excesso de prazo, procedimento de controle administrativo ou pedido de providências”.

II – Ao Juiz Auxiliar da Presidência compete a classificação inicial dos feitos apresentados perante o CNJ, segundo o art. 6º, VIII da Portaria n. 09/2005-CNJ, incumbindo ao Relator do procedimento a decisão final no tocante ao enquadramento respectivo.

III – A decisão administrativa inaugural que qualifica a presente medida como Procedimento de Controle Administrativo, determinando a autuação nesta classe processual, configura medida incidental de ordenamento do processo, a qual deve ser mantida pelos seus próprios fundamentos e, ainda, por não se tratar de hipótese regimental de cumprimento de decisão.

IV – A nomeação de Diretores de Secretaria de Varas do Trabalho configura ato administrativo complexo, mormente porque imprescindível a conjugação de vontades, circunstanciada através



Conselho Nacional de Justiça

da escolha e indicação pelo juiz titular da Vara e posterior ratificação do Presidente do Tribunal, que detém competência para nomeação, conforme precedente desta Corte (PCA n. 134).

V – Na concepção delineada a manifestação de vontade do Presidente do Tribunal representa elemento constitutivo do ato, para verificar se o servidor indicado preenche os requisitos elencados no Regimento Interno da respectiva Corte, em acréscimo aos preceitos constitucionais. Possui competência concernente ao controle de legalidade do ato administrativo resultante da escolha emanada do juiz de primeiro grau, a quem compete exclusivamente o caráter discricionário na indicação do servidor de sua confiança, compreendida nesta perspectiva a autonomia do órgão judicial detentor da escolha.

VI – Atribuída indicação de diretor de secretaria ao juiz titular da Vara, irregular a norma interna ao estabelecer a possibilidade de veto/substituição pelo Presidente do Tribunal, fundada na aferição de fidúcia do administrador da Corte.

VII – Procedimento de Controle Administrativo que se julga procedente.

RELATÓRIO

Trata-se de Procedimento de Controle Administrativo no qual as requerentes questionam a Resolução n. 427 do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, que versa sobre o procedimento para escolha e nomeação de diretor de Secretaria das Varas do Trabalho da Corte.

O requerimento de ingresso foi apresentado na forma de Reclamação para Garantia das Decisões do CNJ, por reputarem as Associações que o ato normativo impugnado “*contraria, explicitamente, o que fora decidido e recomendado por esse eg. Conselho nos autos do PCA n. 134/2006*”.

Descrevem que o regramento sustenta procedimento de eleição ao cargo de diretor de Secretaria de Vara em quatro linhas de desenvolvimento: a) a indicação do diretor pelo juiz titular da Vara; b) o direito de veto monocrático ou aceitação do nome pelo presidente do TRT; c) a homologação do indicado pelo Tribunal Pleno e; d) a substituição (a



Conselho Nacional de Justiça

pedido do juiz) ou a destituição do diretor em exercício (por ato do presidente do TRT, diretamente), isso no caso de quebra de fidúcia.

Entendem ilegal a possibilidade de veto à indicação e de destituição ou exoneração do servidor do cargo, além de violação ao artigo 710 da CLT e ao recomendado pelo CNJ na decisão proferida nos autos do PCA n. 134. Considerada a imprescindibilidade da confiança do juiz para com seu auxiliar direto, asseveram desconformidade com a “lógica do ato complexo”, em especial no caso em referência.

Na ótica da narrativa o indeferimento das indicações deve ser restrito aos casos de controle de legalidade, verificado excesso de poder quando extrapolado tal limite. A par do ato administrativo complexo, assinalam igualmente como ato discricionário no tocante ao juiz titular e ato vinculado no que se refere ao presidente do tribunal, que, conforme entendimento, *“somente pode deixar de nomear a pessoa escolhida” “se o indicado não atender aos requisitos legais necessários para o exercício do cargo”*.

Expõem que a situação que se apresenta é semelhante à nomeação, pelo respectivo Tribunal, de desembargador escolhido para preenchimento da vaga oferecida por merecimento, sendo que nesta hipótese o STF fixou entendimento de que o presidente da Corte fica adstrito à promoção do juiz mais votado dentre os integrantes da lista tríplice.

Ao final concluem que cumpre ao juiz titular da Vara realizar a escolha daquele que ocupará o cargo de diretor de Secretaria (ato discricionário) e ao presidente do Tribunal dar forma e cumprimento à deliberação, expedindo ato vinculado de nomeação do servidor indicado.

Em sede de liminar propugnaram pela suspensão da norma questionada, bem como pelas nomeações dos nomes indicados pelos juízes do trabalho. Indeferida a tutela, pois ausentes os requisitos do art. 25, XI do RICNJ (DEC7).

Em despacho exarado pelo Dr. Rubens Rihl, juiz em auxílio à Presidência do CNJ, foi determinada a autuação da presente medida como Procedimento de Controle



Conselho Nacional de Justiça

Administrativo, posto que o PCA n. 4271, que trata de matéria idêntica, não examinou o mérito da demanda proposta pela AMATRA VII diante da sua desistência, sendo que ademais anteriormente não houve qualquer decisão por parte do Conselho, mas sim mera recomendação (DESP2).

Desta decisão as Associações apresentaram pedido de reconsideração, ao argumento de que a presente “reclamação” foi oferecida com fulcro no desrespeito da Corte Regional à deliberação proferida nos autos do PCA n. 134/2006. Esclarecem que no PCA n. 4271 a AMATRA VII requereu a desistência do pedido, pois a tese no sentido de que a designação do diretor de Secretaria tratava-se de ato composto não teria como prevalecer em virtude de decisão posterior proferida no PCA n. 134, que reconheceu ser ato complexo (REQAVU6).

Na sequência foi interposto recurso administrativo em face da decisão que indeferiu a medida liminar pretendida (RECADM8). A insurgência não foi conhecida (DESP12) na esteira das deliberações desta Corte que fixou entendimento neste sentido em se tratando de indeferimento de liminar. No mesmo ato determinei a remessa dos autos ao prolator do despacho que avaliou a autuação do procedimento.

Em sentido linear a deliberação do juiz auxiliar da Presidência, uma vez que “*a decisão inaugural que definiu a classe processual, dentre as hipóteses do art. 43, do RICNJ, deve ser tida como irrecorrível*”, além do que “*eventual acolhimento da pretensão, com alteração do tipo de processo, esvaziaria a decisão tomada pela relatoria, o que não é admissível*” (DEC13).

Novamente as requerentes oferecem pedido de reconsideração, agora em face da decisão acima citada, afirmando que o recurso administrativo foi dirigido ao Plenário do Conselho, inexistindo previsão constitucional ou regimental de “*decisão proferida por juiz auxiliar*”. Sustentam que os atos de caráter decisório proferidos por estes agentes públicos devem ser considerados inexistentes ou mesmo nulos, pois suas atribuições são restritas às atividades ordinárias, de cunho administrativo (PET14).



Conselho Nacional de Justiça

Instado à manifestação o tribunal requerido informa que a Resolução em tela foi editada após provocação da própria Associação dos Magistrados do Trabalho da 7ª Região, por meio do ofício n. 018/2008, no qual propôs que os diretores de secretaria fossem escolhidos entre os servidores de carreira, além de participar o juiz titular na escolha dos mesmos. Esclarece que anteriormente ao ato impugnado a indicação ao cargo cabia exclusivamente à Presidência do Tribunal, assim como sua exoneração e remanejamento.

Frisa por fim que o detentor de cargo de confiança pode ser livremente exonerado, bastando para tanto a quebra da fidúcia, que pode ocorrer em relação ao juiz titular ou à Presidência, responsável pela condução administrativa da Corte.

É o relatório. Passo a votar.

Mister em primeiro plano a análise do pedido de reconsideração apresentado pelas requerentes contra a decisão proferida pelo juiz auxiliar da Presidência deste Conselho (DEC13), que reputou incabível a insurgência em face de ato que define a classe processual do procedimento interposto perante o CNJ.

O art. 115, § 1º do RICNJ, com nova redação dada pela Emenda Regimental n. 01/2010, dispõe de forma expressa que apenas as decisões monocráticas terminativas do feito serão recorríveis ao Plenário deste Órgão, senão vejamos:

Art. 115. A autoridade judiciária ou o interessado que se considerar prejudicado por decisão do Presidente, do Corregedor Nacional de Justiça ou do Relator poderá, no prazo de cinco (5) dias, contados da sua intimação, interpor recurso administrativo ao Plenário do CNJ.

§ 1º São recorríveis apenas as **decisões monocráticas terminativas** de que manifestamente resultar ou puder resultar restrição de direito ou prerrogativa, determinação de conduta ou anulação de ato ou decisão, nos casos de processo disciplinar, reclamação disciplinar, representação por excesso de prazo, procedimento de controle administrativo ou pedido de providências.

A decisão administrativa inaugural que qualifica a presente medida como Procedimento de Controle Administrativo, determinando a autuação nesta classe processual,



Conselho Nacional de Justiça

configura medida incidental de ordenamento do processo, a qual deve ser mantida pelos seus próprios fundamentos, e ainda, por não se tratar segundo entendimento desta Relatora, de hipótese regimental de cumprimento de decisão, como pretendem as interessadas.

Inicialmente, importante registrar, ao contrário do que alegam as interessadas, de que não há falar em atos decisórios inexistentes ou mesmo atos nulos praticados pelos juízes auxiliares da Presidência desta Corte, pois o Regimento Interno ao regulamentar os atos da Secretaria-Geral prevê:

Art. 33. A Secretaria-Geral é composta pelas unidades previstas em seu regulamento aprovado pelo Plenário.

Por sua vez, o Regulamento Geral da Secretaria, instituído através da Portaria n. 09/2005, disciplina:

Art. 6º Fica atribuída, por delegação, ao Secretário-Geral ou ao Juiz Auxiliar da Presidência que o substituir nas ausências e impedimentos eventuais, competência para:

VIII - proceder a classificação e distribuição informatizada de feitos que ingressarem no protocolo do Conselho;

Art. 7º Em cooperação com o Secretário-Geral, compete aos Juízes Auxiliares supervisionar atividades da Secretaria e elaborar estudos, propostas e pareceres, além de executar as atividades determinadas pela Presidência do Conselho.

Parágrafo único. Compete aos Juízes Auxiliares exercer, ainda, as atribuições que vierem a lhes ser delegadas pelo Secretário-Geral, por meio de ato interno da Secretaria-Geral.

Note-se que a decisão administrativa impugnada não configura o julgamento da demanda como entendem as partes, esta de competência reservada aos Conselheiros da Corte; em verdade o ato em exame está inserido nas atribuições dos juízes auxiliares, a quem delegada tarefa para a classificação dos feitos apresentados neste Órgão Administrativo.

De igual modo, inexistente irregularidade na aferição pelo próprio juízo auxiliar, pois o § 2º do art. 115, RICNJ estabelece que o questionamento do ato será apresentado em petição fundamentada ao prolator da decisão atacada.



Conselho Nacional de Justiça

Entrementes, como já acima referenciado, cabe ao Relator eventual alteração de classe processual por ocasião do julgamento, contexto este que se revela inviável de mera análise perfunctória, na medida em que emerge com clareza que as requerentes pretendem a desconstituição de ato administrativo em concreto – Resolução n. 427 do TRT/7ªR, em decorrência de aludida ilegalidade dos dispositivos constantes no regramento, estatuída a hipótese prevista no art. 91 do RICNJ, que dispõe sobre o procedimento de controle administrativo.

Necessário ressaltar também não se tratar de Reclamação para Garantia de Decisão anterior deste Conselho, haja vista que no PCA n. 134/2006 o Plenário da Corte decidiu, à unanimidade, no sentido de apenas recomendar aos Tribunais Regionais do Trabalho a observância do art. 710 da CLT, oportunizando ao juiz titular da Vara a designação por escolha e indicação do servidor a ser nomeado ao cargo de diretor de Secretaria pelos Presidentes dos Tribunais (ato complexo), o que não se confunde, à obviade, com determinação vinculante ao cumprimento da ordem.

A definição contida no PCA n. 134/2006, a seguir transcrito, é de inequívoca compreensão, não comportando o entendimento das requerentes no aspecto de que o Conselho proferiu decisão a qual se reputa efeito normativo, pois a própria natureza da recomendação exclui a obrigatoriedade/força vinculante, condição esta restrita às Resoluções e Enunciados Administrativos:

Distribuído como Procedimento de Controle Administrativo, o processo não contém nenhum ato administrativo específico a ser examinado. Na verdade, o processo pode se destinar a uma recomendação do Egrégio Conselho, para que os Tribunais Regionais do Trabalho, em seus Regimentos Internos, respeitem a disposição do artigo 710 da CLT, oportunizando ao Juiz Titular da Vara a designação, por escolha e indicação, de servidor a ser nomeado pelo Presidente do Tribunal para servir como Diretor de Vara do Trabalho. (PCA n. 134, grifos acrescidos)

Aliás, caso este Conselho entendesse a pretensão inicial na forma intentada e ora reiterada, estaria esta fadada ao mero indeferimento, posto que a recomendação constante



Conselho Nacional de Justiça

do PCA referenciado, por si, exclui a viabilidade de êxito da reclamação para garantia de decisão anterior.

Ultrapassada a questão preliminar, passo ao exame do mérito do presente Procedimento de Controle Administrativo, consubstanciado na sustentada ilegalidade da Resolução n. 427, em relação à qual as requerentes pontuam a previsão de veto do Presidente à indicação do diretor de secretaria pelo juiz titular, e ainda, a possibilidade de destituição do diretor de secretaria pelo Presidente, quando embasados em fidúcia pessoal, o que entendem contrário à lei e à lógica do ato complexo. O normativo impugnado dispõe:

Art. 1º. Fica acrescido ao Regimento Interno do Tribunal o art. 99-A, com a seguinte redação:

Art. 99-ª Os Diretores de Secretaria das Varas do Trabalho serão nomeados, preferencialmente, dentre os servidores estáveis do quadro de pessoal do Tribunal, bacharéis em Direito, indicados pelo Juiz Titular ao Presidente do Regional, que, ressalvado seu poder de veto, submeterá o nome à apreciação do Pleno, no prazo de trinta dias.

§ 1º O exercício do veto à indicação dos Diretores de Secretaria pode embasar-se na simples questão de confiança pessoal, cabendo, entretanto, ao Presidente a imediata devolução ao juiz indicante da oportunidade de efetuar nova indicação, até que se defina o nome a ser submetido à aprovação pelo Tribunal, nos termos do art. 103 deste Regimento.

§ 2º O Presidente, a qualquer tempo, substituirá o Diretor de Secretaria, observadas as regras do art. 99-A, caput, e parágrafo 1º, sempre que, nesse sentido, for provocado pelo Juiz Titular da Vara correspondente, ou, ainda por própria iniciativa, sendo bastante, para tal, a quebra de fidúcia do servidor. (grifos acrescidos)

Conforme assentado pelo Conselho Nacional de Justiça nos autos do PCA n. 134/2006, de relatoria do ex-Conselheiro Oscar Argollo, a nomeação de Diretores de Secretaria de Varas do Trabalho configura ato administrativo complexo, mormente porque imprescindível a conjugação de vontades, circunstanciada através da escolha e indicação pelo juiz titular e posterior ratificação do Presidente do Tribunal, que detém competência para nomeação, nos termos da ementa abaixo:



Conselho Nacional de Justiça

Procedimento de Controle Administrativo. Associação de Magistrados da Justiça do Trabalho. Pedido de regulamentação da nomeação de diretor de secretaria de Vara do Trabalho no sentido de se exigir, previamente, a indicação do Juiz titular. – “O ato de nomeação do diretor de secretaria de Vara do Trabalho é um ato complexo, nos termos do artigo 710 da CLT, assim, recomenda-se aos Tribunais Regionais do Trabalho que a nomeação pelos Presidentes dos Tribunais deve ser precedida de indicação do juiz titular, recaindo preferencialmente entre servidores da carreira judiciária” (CNJ – PCA 134 – Rel. Cons. Oscar Argollo – 24ª Sessão – j. 29.08.2006 – DJU 15.09.2006 – Ementa não oficial).

Pois bem, ao que se infere da Resolução em parte questionada, o Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região deliberou recentemente, em sua composição plenária, pela alteração do Regimento Interno na esteira da recomendação que respalda a escolha do diretor de secretaria pelo juiz titular da Vara, reconhecido o avanço da estruturação administrativa. Deste modo preservado o ato complexo mediante a competência do Presidente do Tribunal para nomeação do servidor que ocupará o cargo em questão. Em outras palavras significa dizer que necessária a realização do ato por órgãos distintos para que o mesmo produza seus efeitos, nos termos da deliberação supra transcrita.

A polêmica se instaura neste momento tendo como vértice central o veto do Presidente, em razão da escolha do diretor de secretaria ou de sua substituição a qualquer tempo, a partir da perspectiva de confiança pessoal/fidúcia do próprio Presidente, conforme preconiza o regramento, estabelecendo-se, por conseguinte, a possibilidade de recusa subjetiva no nome apresentado.

Nesta seara, reputo que à luz do ato administrativo complexo emerge a diferenciação de atribuições entre o Juiz Titular da Vara e o Presidente do Tribunal, o primeiro no tocante à indicação, esta de caráter discricionário por parte do agente público, embasada na conveniência e oportunidade aferida no atendimento do interesse público, havendo portanto conotação subjetiva; o segundo, em relação ao controle da legalidade do ato pelo administrador encarregado da nomeação, a fim de aferir a observância dos critérios objetivos, caso em que a convalidação do ato está condicionada ao atendimento da formalidade exigida para o reconhecimento de sua validade.



Conselho Nacional de Justiça

Na concepção delineada a manifestação de vontade do Presidente do Tribunal representa elemento constitutivo do ato de provimento do cargo de diretor de secretaria, daí porque possui competência para verificar se o servidor indicado pelo magistrado preenche os requisitos elencados no Regimento Interno da respectiva Corte, para o exercício da função (v.g ser o servidor bacharel em direito e estável do quadro de pessoal do respectivo Regional), em acréscimo aos preceitos constitucionais. Ou seja, o Presidente do TRT detém competência concernente ao controle de legalidade do ato administrativo resultante de escolha emanada do juiz de primeiro grau.

Assim, o veto do Presidente do Tribunal à indicação oferecida pelo juiz da Vara configura o exercício da fiscalização regrada pelo sistema jurídico vigente, verificando a autoridade administrativa, *in casu*, o cumprimento dos limites que a lei traça à sua atividade, sob pena de ilegalidade do ato.

A corroborar a distinção de atribuições na formação do ato, o princípio da razoabilidade, haja vista que os diretores de secretaria estão diretamente subordinados aos magistrados, são responsáveis também pela condução dos trabalhos na unidade, mediante consecução de esforços conjuntos com a finalidade de atingir o interesse público no tocante à prestação de serviços céleres e eficientes.

Em conclusão, tratando-se de ato complexo, compete exclusivamente ao magistrado titular da Vara a indicação do servidor de sua confiança, compreendida inclusive nesta perspectiva a autonomia administrativa do órgão judicial detentor da escolha, bem assim incorporar o juiz do trabalho, em final instância, a condição de responsável pela unidade, a quem cumpre o bom andamento dos serviços da secretaria correspondente, a teor do que dispõe o próprio art. 92 do RI do TRT/7ª Região.

Assim sendo, atribuída a indicação de diretor de secretaria ao juiz titular da Vara, irregular a norma interna ao estabelecer a possibilidade de veto/substituição pelo Presidente do Tribunal, fundada na aferição de fidedignidade do administrador da Corte.



Conselho Nacional de Justiça

Pelos fundamentos expostos, julgo **procedente** o Procedimento de Controle Administrativo em epígrafe para determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região que proceda às alterações necessárias ao ajuste do Regimento Interno, nos moldes da presente decisão, no prazo de 30 dias.

Após as comunicações de praxe, ao arquivo.

Brasília, 17 de agosto de 2010.

Conselheira MORGANA RICHA
Relatora